



**XVII Jornadas Internacionais
Grandes Problemáticas do
Espaço Europeu**

**25 a 28 de maio de 2023
FLUP**

LIVRO DE RESUMOS / BOOK OF ABSTRACTS

Título: *XVII Jornadas Internacionais sobre Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Livro de Resumos das Jornadas*

Coordenadora Editorial: Helena Pina

Composição: Helena Pina, Ana Isabel Boura, André Samora-Arvela, António Barros Cardoso, Conceição Ramos, Diogo M. Pinto, Fantina Tedim, Felisbela Martins, Jorge Ribeiro, José Luís Braga, Leandro Dias Oliveira, Lúvia Madureira, Maria José Roxo, Marta Nestor, Paula Remoaldo.

Primeira Edição: Maio de 2023

ISBN: 978-989-9082-71-7

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Na opinião de Beck, a industrialização ultrapassou a sua lógica e os seus limites, conduzindo-se, hoje, para um processo de autodissolução, pelo que urge fazer emergir uma nova fase da modernização, mormente uma corresponsabilizadora reflexividade que possibilite gerir esta trajetória.

Neste momento de rutura, a modernização reflexiva abala as instituições fundamentais da sociedade industrial dos Estados-nação, verificando-se a transição de uma sociedade industrial nacional para uma sociedade global indeterminada e ambígua.

Beck afirma, igualmente, que a globalização quebra a base do Estado-Providência e o Contrato Social. Portanto, a crítica cultural tem-se alienado do exercício conceptual e necessário para a compreensão do Novo. Sendo cego e ingénuo no que diz respeito à realidade política, este ignora que existe de facto uma transformação da ordem mundial, assim como das regras e estruturas de poder que começam a ser renegociadas à luz da globalização.

A precariedade da certeza antropológica da Modernidade e o pavor social pela anti-Modernidade que esfuma as nossas dependências materiais e envia as nossas obrigações morais colocam o dilema do cosmopolitismo do risco na sociedade mundial em função dos riscos globais. Na obra, Beck relaciona os riscos globais com os conflitos na sociedade de risco mundial a três níveis, nomeadamente os conflitos em torno de riscos ecológicos, riscos financeiros globais e ameaça das redes terroristas. Os riscos ecológicos estão associados ao neoliberalismo, sendo, para Beck, responsabilidade da industrialização ocidental, os quais se repercutem a nível global, como é o caso dos impactos das alterações climáticas. Noutra plano, situam-se os riscos financeiros globais, fruto de uma matriz de irresponsabilidade organizada que conduz à eclosão das crises económicas, desemprego, exclusão e instabilidade social. Por outro lado, as atividades terroristas situam-se na esfera das catástrofes intencionais em que o cálculo da probabilidade inerente ao conceito de acidente deixa de ser aplicável.

Destarte, num contexto global tão polifacetado, a cooperação cosmopolita dos povos é, por um lado, a única e verdadeira via de reflexão dos desafios presentes e vindouros, mas é, por outro, a mais árdua de ser alcançada.

Palavras-Chave: Ética, Risco, Sociedade, Antropoceno, Cosmopolitismo

Consciência Para o Risco no Local de Residência dos Alunos do 9.º Ano de Escolaridade

Sílvia OLIVEIRA

Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, ESEPF, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Margarida MARQUES

Colégio Pedro Arrupe, Portugal

Maria José ROXO

CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Célia FIGUEIRAS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

A abordagem aos riscos no ensino básico é realizada no 9º ano de escolaridade, na disciplina de Geografia. O programa curricular desta disciplina explora de forma muito sucinta, as diferenças entre riscos naturais e riscos mistos, identificando-os e abordando as suas consequências e medidas de prevenção. Mediante esta abordagem, claramente insuficiente para uma temática de grande relevo, torna-se imperativo perceber o nível de consciencialização dos alunos para este assunto. O objetivo desta investigação é perceber de que forma os alunos do 9º ano de escolaridade estão consciencializados para os riscos existentes na sua área de residência. Com base nos resultados, pretende-se sugerir possíveis intervenções para promover a consciência para o risco em contexto escolar. Para atingir tal desiderato elaboramos uma revisão tradicional

de literatura e um inquérito por questionário, aplicado aos alunos do 9º ano de escolaridade de colégios na área metropolitana de Lisboa (AML). A amostra, selecionada por conveniência, inclui mais de 150 alunos. Os resultados preliminares indicam que a maioria dos alunos do 9º ano de escolaridade não possui uma consciência adequada sobre os riscos na sua área de residência. Ao mesmo tempo, a maioria dos alunos não adota comportamentos preventivos para reduzir os riscos na área onde reside. Torna-se claro que as medidas de prevenção mais conhecidas pelos alunos são aquelas relacionadas com os riscos naturais, como terremotos e tsunamis, enquanto as medidas de prevenção associadas aos riscos mistos, como poluição do ar e contaminação do solo, são menos conhecidas. Esta investigação permitiu também compreender que a abordagem aos riscos no ensino básico deve ser ampliada e aprofundada, especialmente no que diz respeito à educação para o risco. É essencial aumentar a consciência dos alunos para os riscos existentes na sua área de residência, bem como promover comportamentos preventivos, independentemente do contexto socioeconómico em que se encontram. A educação para o risco deve, pois, ser considerada uma prioridade nas escolas, como uma medida preventiva para a redução dos riscos. A revisão da literatura realizada reforça a importância de se discutir a consciência para o risco em todos os níveis de ensino, para que os alunos se tornem cidadãos mais conscientes, responsáveis e ativos nesta temática.

Palavras-Chave: Consciência; Risco; Local de residência, Perceção, Educação

Os Desafios da Implementação do Programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras No Concelho de Ribeira de Pena

Sara TAPA

Município de Ribeira de Pena, Portugal

António VALADARES

Município de Ribeira de Pena, Portugal

O concelho de Ribeira de Pena pode ser descrito como a terra onde termina o Minho e começa Trás-os-Montes, e isso reflete-se no contraste de paisagens ao longo do seu território e, por inerência, no uso do fogo. Por um lado, estende-se o mosaico verdejante de terrenos agrícolas e espaços florestais, por outro evidenciam-se os matos e os afloramentos graníticos do Alvão. Outrora detentora da distinção de maior mancha de pinhal-bravo da Europa, continua a ser uma região dominada pelo pinheiro-bravo. Este fator aumenta o potencial para um ou vários incêndios de grandes dimensões. Por sua vez, as áreas onde se verifica maior presença de pastoreio de cabra-bravia coincidem com as áreas com maior número de ignições e maior recorrência de incêndios. O concelho de Ribeira de Pena tem um perfil predominantemente rural, no qual a área florestal representa 78% do território e a área agrícola 19%.

Neste contexto, os incêndios rurais constituem uma ameaça real, cujo risco foi sendo agravado, ao longo das últimas décadas, na sequência do progressivo despovoamento, associado à existência de amplos fluxos migratórios direcionados para as áreas metropolitanas do litoral, ou emigrando para o espaço europeu.

Para revitalizar este território, surgem diversas iniciativas institucionais, a tentativa de implementar Programas associados a fundos comunitários que abarcam diversas vertentes. Só assim se alavanca a resiliência do território, das suas populações, reconhecendo-se a importância de capacitar a população e facilitar a intervenção operacional pelo que, desde 2019, o Município de Ribeira de Pena tem investido na execução dos Programas Aldeia Seguras/Pessoas Seguras.

Com efeito, as conclusões do trágico ano de 2017, ao nível dos incêndios rurais, mostraram ao país que afinal a população não estaria assim tão preparada no que diz respeito às medidas e comportamentos de autoproteção. Este trabalho reflete a experiência do Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta do Município de Ribeira de Pena, que permitiu identificar um conjunto de fatores, como a colaboração com as equipas de apoio domiciliário, que podem favorecer ou dificultar a operacionalização destes dois programas no terreno.

A partir desta reflexão são elencados os desafios na implementação dos Programas Aldeia Seguras/Pessoas Seguras no concelho de Ribeira de Pena, nomeadamente, a gestão do tempo e a compatibilização com outras tarefas a cargo deste serviço municipal. A partir da identificação destes desafios, espera-se melhorar a eficiência do processo de implementação do Programa, assim como aumentar a sua capacidade de conferir, efetivamente, proteção da comunidade. Na perceção do Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta do Município de Ribeira de Pena, o sucesso deste programa vai depender de outras medidas que atuem sobre a mitigação do risco, como, por exemplo, a gestão de combustível ou o aumento da rentabilidade económica das atividades agrosilvopastoris ou turísticas.

Palavras-Chave: Aldeia Segura; Pessoas Seguras; Preparação; Comunidades; Ribeira de Pena